

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA Secretaria Municipal de Finanças Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 253/2020. INEXIGIBILIDADE N° 05/2020.

CONTRATO Nº 121/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBEIS

DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBEIS TRIBUTÁRIAS A SEREM EXECUTADOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, DO

MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE AQUIDAUNA-MS**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.452.299/0001-03, com sede à Rua Luiz da Costa Gomes, nº 711, neste ato representado pelo Prefeito **SR. ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 609.079.321-34, Portador do RG nº 743.389 SSP/MS, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 451, Centro, Aquidauana – MS; neste ato Gestor do Contrato o Sr. Antonio Carlos da Costa Marques inscrito no CPF:268.523.731-34, do outro lado a empresa **AEG – ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.443.806/0001-78, com sede à Rua Quatorze de Julho, nº 4576 – Bairro Monte Castelo, na cidade de Campo Grande – MS, CEP:79.010-470, neste ato representada pelo Sr. **AIRTON FALCHEMBAK**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n° 2.410.095 SEJUSP/MS e inscrito no CPF/MF sob n° 422.249.770-34, residente e domiciliado à Rua Lacerda, nº 173 – Bairro Monte Castelo, na cidade de Campo Grande - MS doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente Contrato, que reger—se—à conforme clausulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA BASE LEGAL

1.1. A legislação aplicável a este Contrato será a Lei 8.666/93, e suas alterações, especificamente artigo 25, Inciso II, §1° cc o art. 13, inciso III e §3° da Lei 8.666/93, e Lei nº 14.039/2020, e as demais disposições aplicáveis à Licitação e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto da presente contratação é:

Item I - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria contábeis tributárias a serem executados junto a Secretária de Finanças, do Município de Aquidauana/MS.



Secretaria Municipal de Finanças Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

Item II - Prestação de serviços técnicos contábeis no levantamento das obrigações acessórias, sobre as retenções de terceiros de responsabilidade do legislativo municipal nos períodos de 2016 a 2020, incidentes sobre as contratações de serviços, folha de pagamento, previdência geral, e previdência própria, que deveriam serem repassadas mensalmente aos cofres municipais, conforme liminar judicial expedida junto ao Processo nº 0801983-78.2020.8.12.0005.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1. Fica estabelecido os seguintes valores:

Item I – O valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), pelo prazo de 12 (doze), meses, perfazendo o valor total de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais).

Item II – O valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Valor Total da Contratação e de R\$ 454.000,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais).

CLAUSULA QUARTA - PAGAMENTO

- 4.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em parcelas fixas, através de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações, acompanhada de Relatório dos Serviços Prestados.
- 4.2. As notas fiscais deverão ser discriminativas e constar o número da Inexigibilidade e do Contrato firmado ou do empenho, e ainda, atestada no verso pelo responsável pelo recebimento, o valor dos serviços prestados, além das demais exigências legais.
- 4.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do documento.
- 4.4. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 4.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.6. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com a Previdência Social, que se dará por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Negativa de Débitos (CND/INSS) e a trabalhistal

bf.

90



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Finanças Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

- 4.7. O município efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à licitante vencedora, especialmente no que se refere ao IRRF e ISSQN.
- 4.8. O CONTRATANTE se reserva o direito de exigir da CONTRATADA, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO DE PREÇOS

- 5.1. O preço é fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze), meses a contar da vigência do contrato, após este período, poderão ser admitidos reajustes dos preços, ficando eleito o índice IGPM da FGV, publicamente divulgado à época da sua utilização.
- 5.2. A comprovação, para efeitos de revisão de preços, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória do cálculo da forma eleita ou mediante juntada de planilha de custos, alusiva à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
- 5.3 A CONTRATADA deverá aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do contratado, em função do que dispõe o parágrafo primeiro, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis.
- 5.4. A CONTRATADA deverá aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do contratado, em função do que dispõe o parágrafo primeiro, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência do presente e contrato e de:

Item I – Prazo de 12 (doze), meses a partir da assinatura do contrato.

Item II - Prazo de 60 (sessenta), dias a partir da assinatura do contrato.

6.2.- O presente contrato poderá ser aditado ou prorrogado em conformidade com a Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES

7.1. Compete ao CONTRATANTE:

7.1.1. Providenciar o pagamento à CONTRATADA na apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada nos prazos e condições estabelecidos.



Secretaria Municipal de Finanças Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

- 7.1.2. Prorrogar o prazo de vigência do contrato, conforme Lei Federal nº 8.666/93, caso existam demandas pendentes.
- 7.1.3. Disponibilizar todas as informações e documentos necessários à execução dos serviços contratados.
- 7.1.4. Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a execução dos serviços, providenciando as necessárias medidas para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do contrato.
- 7.1.5. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
- 7.1.6. Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento.

7.2. Compete à CONTRATADA:

- 7.2.1. Realizar os serviços conforme descritos no Termo de Referência, fornecendo profissionais para a execução dos serviços com capacidade técnica compatível.
- 7.2.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços descritos na Descrição dos Serviços que integra o processo licitatório.
- 7.2.3. Notificar o CONTRATANTE, por escrito, as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades dos serviços contratados.
- 7.2.4. Relatar o CONTRATANTE, imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada no decorrer da execução dos serviços.
- 7.2.5. Atender, de forma imediata, as solicitações de substituição da mão-de-obra qualificada, quando comprovadamente entendida inadequada para a prestação dos serviços contratados.
- 7.2.6. Orientar seus profissionais, quanto ao sigilo profissional que deverá ser mantido com relação às informações que venha a ter acesso.
- 7.2.7. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.
- 7.2.8. Apresentar relatório de prestação de serviços.
- 7.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas de locomoção, refeições, traslado e outras similares dos seus colaboradores.

7.2.10. Comparecer, sempre que solicitado, na data, local e horários agendados previamente pela contratante.

4



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA Secretaria Municipal de Finanças Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

- 7.2.11. Responsabilizar-se, com exclusividade, por quaisquer ônus, direitos e obrigações de cunho tributário, previdenciário, trabalhista ou securitário, decorrentes da execução do objeto do presente contrato.
- 7.2.12. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.2.13. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.
- 7.2.14. Refazer os serviços, caso sejam recusados pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus para o Município de Aquidauana-MS, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.2.15. Tratar com polidez os servidores responsáveis pelo recebimento dos serviços licitados.
- 7.2.16. Relativamente ao disposto na cláusula acima, aplicam-se também subsidiariamente, as disposições da Lei n. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto dessa licitação, correrão por conta da classificação orçamentária abaixo discriminada e para o exercício futuro correrão por conta da classificação que a substituir:

Órgão:	16	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade:	16.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Funcional:	04.123.0202	Administração Financeira
Projeto/Atividade:	2.012	Manutenção e Operacionalização da Secretaria Municipal de Finanças
Elemento:	3.3.90.35.00.00.00.00.01.000	Serviço de Consultoria
Código Reduzido:	000095	

CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A fiscalização do contrato será feita por: Elisângela Lima de Moura Insfran, CPF: 804.519.851-68 e Alair Souza da Penha, CPF Nº 543.962.551-87.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA Secretaria Municipal de Finanças

Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

- 10.1. O CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, nos termos do artigo 87, "caput" e parágrafo 2º, da Lei n. 8.666/93, aplicar as seguintes penalidades à CONTRATADA em caso de inadimplência:
- 10.1.1. Advertência, nas hipóteses de prestação de serviços em desconformidade com as especificações do memorial descritivo, de execução irregular ou extemporânea do ato de entrega, que não resulte em prejuízo para a execução do contrato.
- 10.1.2. Multa moratória pelo não cumprimento do prazo de prestação do serviço, correspondente a 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da prestação em que se verificar o atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da prestação.
- 10.1.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo contratual, pelo não cumprimento parcial do ajuste, e multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação, pelo não cumprimento total do ajuste.
- 10.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Aquidauana/MS pelo prazo de até 05 (cinco) anos, observada a gravidade da situação, nos casos em que a adjudicada:
- a) deixar de comparecer para assinar o contrato, no tempo e condições estabelecidos neste Edital;
- b) a licitante deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame ou deixar de manter sua proposta;
- c) a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- d) a licitante/contratada deixar de manter sua proposta;
- e) a CONTRATADA falhar ou fraudar a execução do contrato; e
- f) a CONTRATADA comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 10.2. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens acima, cabe recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 10.3. Após decisão definitiva aplicada a penalidade de multa, o Município de Aquidauana/MS poderá descontar o valor correspondente dos pagamentos eventualmente devidos a CONTRATADA e/ou cobrar judicialmente os valores ou a diferença verificada.
- 10.4. As sanções dos subitens 10.1.1 e 10.1.4 poderão ser aplicadas concomitantemente com as dos subitens 10.1.2. e 10.1.3. deste contrato.
- 10.5. A inexecução total ou parcial do contrato poderá, garantida a prévia defesa, ensejar a rescisão contratual, caso a contratada incorra em alguma das hipóteses previstas no artigo 78, da Lei n. 8.666/93, com possibilidade de aplicação simultânea das penalidades previstas no item 10.1 deste contrato.



Secretaria Municipal de Finanças Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

- 11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 11.2. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei n. 8.666/93 e suas alterações, não dará a CONTRATADA direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 11.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da contratante, a retenção dos créditos decorrente deste contrato, limitado ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1. O presente Contrato será publicado na forma resumida, por meio de Extrato, em veículo de divulgação oficial da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOMICÍLIO E FORO

13.1. As partes elegem o foro da comarca de Aquidauana, neste Estado, para dirimirem quaisquer litígios decorrentes deste Contrato.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Aquidauana/MS, 27 de novembro de 2020.

Odilon Ferraz Alves Ribeiro

Prefeito Municipal

Airton Falchembak

AEG – Assessoramento e

Consultoria Empresarial EIRELI

Contratada

Antonio Carlos da Costa Marques

Gestor do Contrato

Testemunhas:

Elisangela L. de Moura Insfran

CPF: 804.519.851-68

Alair Souza da Penha

CPF: 543.962.551-87



Secretaria Municipal de Finanças Núcleo de Licitações e Contratos

Rua Luiz da Costa Gomes, n. 711, Vila Cidade Nova Aquidauana – MS – CEP 79200-000

Ato de Delegação do Fiscal do Contrato nº 121/2020

O Secretário Municipal de Finanças do Município de Aquidauana/MS responsável pela gestão e acompanhamento da execução do Contrato nº 121/2020, no uso de suas atribuições legais e a fim de atender o disposto no Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e amparado pelo Art. 90 da Lei Complementar Municipal nº 11/2009, vem por meio desta resolução delegar os servidores Elisângela L. de Moura Insfran CPF: 804.519.851-6872 e Alair Souza da Penha CPF: 543.962.551-87, para exercer a função de Fiscais do referido contrato.

Aquidauana/MS 27 de Novembro de 2020.

Antonio Carlos da Costa Marques

Gestor do Contrato

Ciente:

Elisângela L. de Moura Insfran

Fiscal do Contrato

Alair Souza da Penha

Fiscal do Contrato